HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Rua Profa. Maria Flora Pausewang, s/nº - Bairro Trindade
Florianópolis-SC, CEP 88036-800
- http://hu-ufsc.ebserh.gov.br

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23820.008339/2020-58

1. **OBJETO**

1.1. O objeto do presente termo é a Contratação de empresa especializada para coleta e análise microbiológica e físico-química de amostras de água para o controle da potabilidade da água do Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago.

1.2. São apresentados os itens e quantidades a serem contratados na tabela a seguir:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ANUAL
001	19020	Serviço de coleta e Análise microbiológica (parâmetros Bactérias heterótrofas, endotoxinas) com fornecimento de laudo técnico	68
002	19143	Serviço de coleta e Análise Físico-Química (Condutividade, Resistividade e Silicatos) com fornecimento de laudo técnico	68
003	19143	Serviço de coleta e Análise Físico-Química Determinação de Carbono Orgânico Total (TOC) com fornecimento de laudo técnico	18
004	19020	Serviço de coleta e Análise microbiológica da água potável (coliformes totais, escherichia coli, contagem de bactérias heterotróficas) com fornecimento de laudo técnico	40
005	19143	Serviço de coleta e Análise Físico-Química de água potável (pH in loco, Alumínio, Alumínio, Cálcio, Cloretos, Cloro Residual Livre in loco, Condutividade, Cor Aparente, Determinação de Odor, Dióxido de Carbono, Dureza Total, Ferro Total, Fluoreto, Gosto, Manganês Total, Níquel e Turbidez) com fornecimento de laudo técnico	40

1.3. **A contratação contempla a análise de até 234 (duzentas e trinta e quatro) amostras**

1.4. Parcelamento ou não da Solução:

1.4.1. Os itens serão agrupados em 1 grupo que foram definidos considerando a similaridade dos serviços

GRUPO	01
Itens	01 a 05

1.4.2. O agrupamento permite que o gerenciamento permaneça todo o tempo a cargo de um mesmo administrador, além de proporcionar um ganho em escala, pois é mais provável que uma única empresa, ao executar vários serviços, apresente um preço mais baixo do que a soma dos preços de várias empresas diferentes, haja vista que sua mão de obra já estaria mobilizada no local da coleta das amostra.

1.4.3. Optou-se pelo não parcelamento do objeto em itens, o que no caso em análise demonstra-se técnica e economicamente viável, tendo em vista que a divisão por item nesta contratação apresenta-se como

desvantajosa para Administração, uma vez que poderia ser contratada mais de uma empresa para a execução de serviços similares.

1.4.4. Tendo em vista as características técnicas da execução dos serviços de análise físico-química e microbiológica da água, visto que são serviços de mesma natureza e que guardam relações entre si, pois atendem a uma finalidade única. São serviços que realizam o monitoramento e controle da água a ser consumida, e guardam relações entre si por fazerem parte de um sistema de proteção coletiva que visa a segurança do paciente e dos profissionais.

1.4.5. Padronização dos serviços por uma mesma empresa, atendendo aos critérios de execução e de segurança do trabalho elencados nas Especificações Técnicas.

1.4.6. Facilitar a Fiscalização da execução dos serviços pela existência de uma única empresa realizando os serviços.

1.4.7. Garantir o fornecimento e a execução total do serviço, visto que reduz o risco de estarem várias empresas executando concomitantemente o mesmo serviço e alguma delas descumprir as cláusulas contratuais e deixar o escopo parcialmente atendido.

1.4.8. Além disso, o mercado contrata esses dois serviços conjuntamente, uma vez que a empresa processadora quando regularizada junto aos órgãos sanitários está apta a prestar todos os itens do grupo.

1.4.9. Nesta contratação o fornecimento de materiais e equipamentos não representam percentual expressivo do custo total dos serviços sendo possível o agrupamento.

1.5. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do art. 90, II, do RLCE..

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Compete à Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar, e por conseguinte ao Setor de Infraestrutura Física, “planejar, coordenar e implementar os processos envolvidos no provimento de adequadas condições de infraestrutura física e de equipamentos, bem como de suprimento dos insumos necessários ao funcionamento da EBSERH e das unidades hospitalares por ela administrados”. Ainda, “propor e implementar política de gestão de infraestrutura física, tecnologias duras e insumos para os hospitais universitários federais e instituições congêneres, orientada na ampliação e qualificação do seu parque tecnológico, incorporação e uso racional de insumos e novas tecnologias”.

2.2. Nesse contexto, faz-se necessária a análise e controle da potabilidade da água do Hospital, controle esse exigido por órgãos de controle como Vigilância Sanitária, sendo necessária a contratação de empresa especializada para tal fim.

2.3. A contratação permitirá que as análises de água, estabelecidas pela legislação vigente, estejam em conformidade com as boas práticas no que diz respeito ao tratamento, monitoramento e controle da água, com intuito de assegurar a potabilidade para consumo humano, bem como garantir procedimentos seguros nos procedimentos assistenciais, desde a higienização de mãos até procedimentos mais complexos.

2.4. Tendo em vista que o Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago, não possui contrato para tal desiderato, faz-se necessária a contratação, através de processo licitatório, de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de análise físico-química e microbiológica da água

2.5. A Portaria 2.914/11 do Ministério da Saúde dispõe sobre os procedimentos e parâmetros de controle e vigilância da qualidade de água para consumo humano e potabilidade. Neste sentido, faz-se necessário o monitoramento da qualidade das águas das unidades de atendimento hospitalar, devido às características de fragilidade de seus usuários.

2.6. Devido ao fato dos hospitais se tratarem de locais públicos com alta concentração de pessoas, aliado ao fato de boa parte destas pessoas apresentarem baixa imunidade, torna-se extremamente importante adotar métodos eficazes de monitoramento e controle da água destinada ao consumo.

2.7. O Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago (HU-UFSC), dentre as suas atribuições, deve monitorar de forma adequada a água disponível para as suas atividades hospitalares, de acordo com o que estabelece a legislação vigente e as recomendações técnicas.

2.8. Assim é de fundamental importância que O HU-UFSC possua um serviço continuado de Análise de água, em observância às exigências legais, sendo essenciais ao bom funcionamento desta Instituição de Saúde, de forma a atender os requisitos de biossegurança, de segurança aos pacientes e de saúde ocupacional, sem os quais não se pode prestar assistência médica à população.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. Para os serviços de coleta e análises físico-química e microbiológica da água, com fornecimento de laudo técnico:

3.2. A CONTRATADA deverá seguir as recomendações da Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, Ministério da Saúde, e da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 5 de 28/09/2017.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de capacitação e atualização técnica de todos os profissionais que irão atuar no serviço de coleta e análises físico-química e microbiológica da água da CONTRATANTE quanto às técnicas de coleta, acondicionamento e transporte da água.

3.4. Todos os frascos e demais materiais, insumos e/ou equipamentos utilizados para coleta, transporte, acondicionamento e análise de amostras da água devem ser preparados e fornecidos pela CONTRATADA.

3.5. A CONTRATADA deverá realizar a coleta de todas as amostras de água, transporte, análise química e bacteriológica, bem como emissão de laudo técnico.

3.6. A técnica para coleta e acondicionamento de amostras de água para exames deve seguir as recomendações da Fundação Nacional de Saúde, da Portarias nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, e Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017, do Ministério da Saúde.

3.7. A CONTRATADA deverá identificar todos os frascos de coleta com o endereço, hora e data da coleta, nome do coletor, e número da amostra correspondente ao ponto de coleta

3.8. A CONTRATADA deverá preencher ficha de identificação da amostra de água e entregar cópia à CONTRATANTE.

3.9. A CONTRATADA não deverá exceder o tempo de 24 horas entre a coleta e realização dos exames bacteriológicos.

3.10. Quando forem detectadas amostras com resultado positivo para coliformes totais, novas amostras devem ser coletadas pela CONTRATADA em dias sucessivos ao resultado positivo até que revelem resultados satisfatórios.

3.11. Quando houver interpretação duvidosa nas reações típicas dos ensaios analíticos na determinação de coliformes totais, Escherichia coli e bactérias heterotróficas, a CONTRATADA deverá fazer a recoleta da água sem ônus à CONTRATANTE.

3.12. Os serviços deverão ser realizados no período diurno, conforme periodicidade estabelecida no Estudo Preliminar e cronograma a ser definido em conjunto pela CONTRATADA e a equipe de fiscalização da CONTRATANTE, considerando os horários e datas que melhor atenderem as necessidades da CONTRATANTE.

3.13. O laudo laboratorial com os resultados das análises deverá ser emitido pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da data da coleta da amostra de água, devendo conter data de emissão, identificação dos pontos de coleta, os parâmetros avaliados, os valores de referência, e estar assinado pelo responsável técnico com a devida identificação do registro de classe.

3.14. A CONTRATADA deverá realizar substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, dos laudos laboratoriais cujos parâmetros não atendam as especificações estabelecidas no Estudo Preliminar, procedendo coleta de nova amostra e repetição dos testes, com as mesmas especificações.

3.15. A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades, constatadas pela CONTRATANTE, referentes à forma de execução do objeto contratado, bem como ao cumprimento das demais obrigações assumidas pela CONTRATADA.

3.16. A CONTRATADA deverá realizar a coleta de amostra de água nos pontos listados abaixo, obedecendo a periodicidade mínima estabelecida no **Encarte E.**

3.17. Em caso de necessidade de coletas de amostra de água extras - em uma periodicidade menor que a estabelecida - a mesma deverá ser realizada pela CONTRATADA no prazo de 24 horas, a contar da data de recebimento da solicitação do serviço.

4. **LOCAL DE ENTREGA / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

4.1. Os serviços serão prestados no Hospital Universitário da UFSC, situado na rua Maria Flora Pausewang, s/n – Bairro Trindade, Florianópolis (SC). Dias/horário de Recebimento: segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, telefone: (48) 3721-9186.

4.2. A contratada deverá fazer contato prévio, para coleta das amostras, para receber instruções específicas sobre o acesso aos locais.

5. **CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

5.1. O objeto deste Termo de Referência se enquadra como **serviço comum**, para fins do disposto no artigo 4º do Decreto nº 10.024, de 2019 , cabendo licitação na modalidade **Pregão**, na sua forma Eletrônica.

5.2. Atestamos a natureza comum e contínua dos serviços e demais requisitos, com base na Lei nº 10.520/2002 (art. 1º e parágrafo único) e o Decreto nº 10.024/2019 (art. 3º, inciso II) e art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016

5.3. No conceito de **serviço continuado**, conforme IN n° 05/2017, cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, caso seja conveniente para o Hospital Universitário.

5.4. A modalidade de contratação a ser adotada será **Contratação por Preço Unitário**, regime de execução em que a contratação se formaliza por preço certo de unidades determinadas.

6. **DA FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES**

6.1. Os serviços contantes na tabela no item 1.4.1 terão participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, por possuírem valores estimados menores que R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006.

6.2. O serviço, objeto deste Termo de Referência, dar-se-á por meio de seleção de proposta mais vantajosa.

6.3. Art. 19 Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh a empresa:

> I -cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;
>
> II -suspensa pela Ebserh;
>
> III -declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
>
> IV -constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
>
> V -cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
>
> VI -constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
>
> VII -cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
>
> VIII -que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
>
> Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:
>
> I -à contratação das pessoas elencadas no inciso I do caput, como pessoa física, bem como à participação delas em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
>
> II -à contratação de empresa cujo administrador ou sócio detentor de maisde 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições

Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

III -a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a)integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

b)empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c)autoridade do Ministério da Educação;

d)autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

IV -cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

7. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Da Qualificação Técnica

7.2. Além da documentação necessária, conforme legislação vigente, a empresa proponente deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

7.3. Licença Sanitária de Funcionamento concedida pelo órgão sanitário competente;

7.4. Para qualificação técnico-operacional deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante executou prestou ou vem executando serviço de análise da qualidade de água potável em conformidade com a Portaria 2914 de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde, compatíveis em natureza e quantidade com o objeto desta licitação;

7.5. Certificado de Regularidade da Empresa;

7.6. Para qualificação técnico-profissional a LICITANTE apresentará declaração, que no ato da assinatura do Contrato, os documentos que comprovem que possui em seu quadro permanente, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica pela execução do serviço, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.

7.7. A comprovação do vínculo profissional deverá ser feita por meio de apresentação de cópias das Carteiras de Trabalho (CTPS), ou fichas de registro de empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da empresa, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou de declaração de contratação futura do profissional, com anuência deste, ou, ainda, por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.

7.8. Os profissionais indicados pela CONTRATADA, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, deverão participar do serviço, objeto da contratação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE.

7.9. Toda documentação apresentada deverá ser correspondente a um único CNPJ, salvo no caso de tributos e contribuições das filiais, quando a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua matriz ou sede. Os documentos comprovando tal centralização deverão ser fornecidos pelo (s) órgão (s) competente (s), constando da documentação.

7.10. Declaração emitida pelo **licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar** de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras.

7.11. Declaração emitida pelo licitante de que realizou vistoria no local, conforme modelo indicado (**Encarte B**), ou caso opte por não realizá-la, apresentar a declaração formal de dispensa de vistoria, conforme modelo indicado (**Encarte C**)

7.12. Requisitos complementares de aceitação

7.13. Acerca do critério de aceitabilidade de preços, serão aceitos apenas os preços das propostas que se mostrarem iguais ou inferiores aos valores unitários de cada item e o valor global do Grupo estabelecido pela Administração Pública, conforme o disposto no art. 54 da Lei 13.303 de 2016.

7.14. Conforme o art. 56 da Lei 13.303 de 2016 serão desclassificadas as propostas que:

7.15. Contenham vícios insanáveis;

7.16. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

7.17. Tenham valor global e valores unitários superiores ao limite estabelecido pela administração ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

7.18. **Definição e justificativa da natureza do serviço**

7.19. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de **natureza comum de caráter contínuo**, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

7.20. **Duração inicial do contrato de prestação de serviços**

7.21. O(s) Contrato(s) a ser(em) firmado(s) vigerá(ão) por 12 (doze) meses, a partir da data de suas assinaturas, podendo ser prorrogados sucessivas vezes, no interesse comum das partes contratantes, até o limite de 60 (sessenta) meses ou 5 (cinco) anos, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº13.303/2016.

7.22. Quando convocado para a assinatura do Contrato os ADJUDICATÁRIO(S) dever(ão) atender à(s) convocação(ões) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

7.23. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo ADJUDICATÁRIO durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo HU-UFSC.

7.24. Por ocasião da assinatura do(s) Contrato(s), verificar-se-á por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de outros meios se os ADJUDICTÁRIO(S) se encontram em situação regular, ou seja, se mantém as condições de habilitação.

Critérios de sustentabilidade ambiental

7.25. Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, deverão ser adotadas as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

7.26. Utilizar materiais que garantam a melhor relação entre custos e benefícios, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados aos produtos;

7.27. Priorizar a aquisição de produtos e equipamentos que apresentem melhor eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;

7.28. Usar de produtos de limpeza e conservação das superfícies, objetos, equipamentos e elementos construtivos, que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

7.29. Utilizar e empregar apenas pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA n° 401, de 04/11/2008, para cada Tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n° 08, de 03/09/2012, e alterações;

7.30. Utilizar somente produtos originários de matéria-prima florestal procedente, nos termos do Decreto n° 5.975, de 2006;

7.31. Utilizar na execução do objeto deste Projeto Básico somente produtos preservativos de madeira previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial n° 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA n° 05, de 20/10/92, e legislação correlata;

7.32. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

7.33. Implantar e realizar programa interno de treinamento de seus empregados, para adução de medidas de redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

7.34. Atender às Resoluções CONAMA que forem aplicadas a cada tipo de serviço realizado;

7.35. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

7.36. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

7.37. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

7.38. Realizar a separação dos resíduos recicláveis provenientes das atividades executadas para o cumprimento do objeto deste Projeto de Básico e armazená-los no(s) local(is) autorizado(s) pela fiscalização para que seja providenciada sua adequada destinação;

7.39. Instruir seus funcionários e não permitir a prática de formas inadequadas de destinação final de pilhas e baterias usadas para a execução do objeto deste Projeto Básico, conforme o artigo 22 da Resolução CONAMA n° 401, de 04/11/2008, tais como:

7.40. a) Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

7.41. b) Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

7.42. c) Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

7.43. Providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias utilizadas na execução do objeto deste Projeto Básico, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n° 08, de 03/09/2012, e alterações, conforme artigo 33, inciso II, da Lei n° 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4° e 6° da Resolução CONAMA n° 401, de 04/11/2008, e legislação correlata;

7.44. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010.

7.45. Realizar o gerenciamento dos resíduos originários da execução do objeto deste Projeto Básico obedecendo as diretrizes técnicas e procedimentos do Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil da localidade, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

7.46. Providenciar, nos termos da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários a execução do objeto deste Projeto Básico, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

7.47. a) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;

7.48. b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

7.49. c) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

7.50. d) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

7.51. e) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação para aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

7.52. f) Para fins de fiscalização das medidas indicadas, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, NBR 15.112:2004, 15.113:2004, 15.114:2004, 15.115:2004 e 15.116:2004.

7.53. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol de produtos utilizados para a execução do objeto deste Projeto Básico, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, ou adotando práticas congêneres determinadas pela legislação vigente;

7.54. Providenciar o recolhimento dos recipientes de tintas, vernizes e solventes utilizados na execução do objeto deste Projeto Básico, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, nos termos da legislação correlata;

7.55. Não praticar e não permitir o descarte como lixo comum dos recipientes com sobras de tintas, vernizes e solventes;

7.56. Efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da execução do objeto deste Projeto Básico, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo os procedimentos preconizados no artigo 33, inciso IV, da Lei n° 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e alterações;

7.57. Providenciar o recolhimento e descarte das embalagens e resíduos de produtos preservativos de madeira de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula para destinação final ambientalmente adequada, conforme item VI da Instrução Normativa IBAMA n° 05, de 20/10/92, outras legislações pertinentes, cuidando para que em hipótese alguma sejam reutilizadas ou reaproveitadas;

7.58. Armazenar os produtos destinados e utilizados na execução do objeto deste Projeto Básico e que gerarem algum risco ambiental, seja para o meio ambiente, seja para o empregado, seguindo as orientações de segurança do trabalho e CONAMA, bem como providenciar a guarda em local visível todas e acessível de suas Fichas de Informações de Segurança de Produto Químico - FISPQ;

7.59. Respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, Resolução CONAMA n° 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte, em qualquer execução ou serviço de manutenção situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, quando da execução do objeto deste Projeto Básico;

7.60. Nos termos do Decreto n° 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA n° 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1°, parágrafo único, do Decreto n° 2.783, de 1998, e artigo 4° da Resolução CONAMA n° 267, de 14/11/2000;

7.61. Obedecer às disposições da Resolução CONAMA n° 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), seguindo as seguintes diretrizes:

7.62. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

7.63. Quando os sistemas que utilizem SDOs forem objeto de atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2° e parágrafos da citada Resolução;

7.64. A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente;

7.65. Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

7.66. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

7.67. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

7.68. Promover a Eficiência Energética por meio de ações positivas, que contemplem a redução do desperdício de energia elétrica advindo da ineficiência de processos, equipamentos e instalações, avaliando eventuais potenciais de ganho por meio da substituição e introdução de melhorias, de acordo com premissas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

7.69. Introduzir e utilizar, mediante aprovação da fiscalização da CONTRATANTE, produtos e marcas que garantam melhor rendimento e desempenho com menor consumo, e minimizem o impacto ambiental gerado, sempre que houver a necessidade de substituição de materiais e equipamentos, seja por indisponibilidade no mercado, retirada de linha de fabricação ou defeitos.

8. ESTIMATIVA DE CUSTO

8.1. Nos termos do art. 13, do Regulamento de Licitações, Contratos da EBSERH, o valor estimado será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações. Para estimativa de custo, foram utilizados como referência os orçamentos coletados no mercado e consolidado dados de pesquisa realizada em outros órgãos da administração pública federal.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Para que esta Unidade possa dar continuidade ao processo para contratação dos serviços, constantes no Termo de Referência - SEI SIF/DLIH/GA/HU-UFSC (13273562), Minuta de Contrato - SEI - Serv. Contin. sem MO UCT/SA/DAF/GA/HU-UFSC (12793850) e processo de pesquisa de mercado 23820.009196/2020-00. - Procedemos a Reserva Orçamentária com o Orçamento do HU/UFSC – Filial - EBSERH, Unidade Gestora 155913 e UGR 155745, conforme mencionada a seguir:

- Programa de Trabalho 10302500188858500 42;
- PTRES 172852
- Natureza de Despesa 339039
- Fontes 6153000300

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

10.2. A previsão de encaminhamento da Ordem de Serviço (OS) para a empresa contratada é **Segundo Semestre de 2021.**

10.3. Após a Ordem de Serviço (OS) pela CONTRATANTE à CONTRATADA, por meio de mensagem via e-mail institucional ou entrega de documento impresso, esta terá o prazo de 3 (três) dias úteis para confirmar o recebimento. Ao final deste prazo, caso não haja confirmação do recebimento da OS por parte da CONTRATADA, a OS será considerada como recebida.

10.4. Em seguida ao recebimento da OS pela CONTRATADA, a mesma deverá programar com a CONTRATANTE a realização das visitas técnicas, as quais deverão ser acompanhadas por pelo menos um representante da fiscalização técnica da CONTRATANTE.

10.5. Além das visitas previstas, a CONTRATADA poderá utilizar outros recursos de comunicação, quando necessário.

10.6. Para cada visita ao hospital, a CONTRATADA deve apresentar o Relatório de Visita, contendo o objetivo da visita, relatório fotográfico e fatos observados, além da ata da reunião, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome, cargo e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, encaminhamentos e responsáveis. A CONTRATADA deve enviar o Relatório de Visita em formato digital ao fiscal da CONTRATANTE.

10.7. Os representantes da CONTRATADA devem estar identificados por meio de crachá com o nome da empresa e vestimentas adequadas ao ambiente hospitalar, como sapato fechado, calça e camisa ou blusa com manga, além de portarem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, a serem fornecidos pela CONTRATADA.

10.8. Não haverá a possibilidade de as empresas concorrerem em consórcio.

11. **RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

11.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

11.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

11.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

11.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

11.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

11.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.8. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

11.9. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

11.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

11.12. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

11.12.1. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

11.12.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

12. **SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

13. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

13.1. A contratação ocorrerá mediante licitação na modalidade de **Pregão Tradicional**, em sua **forma eletrônica**

13.2. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO**, conforme tabela constante no item 1.4.1, observado as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste Termo de Referência

13.3. O modelo de disputa adotado no certame licitatório será o **ABERTO**, pois entende-se que o mesmo amplia a competitividade, já que a disputa é estendida enquanto os licitantes estiverem dispostos a oferecem novos lances, que representam propostas mais vantajosas.

13.4. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no Edital.

14. **PRAZO**

14.1. O prazo máximo estimado para a coleta e análise microbiológica e físico-química de amostras de água para o controle da potabilidade da água é de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.

15. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. Cumprir fielmente o contrato responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, de modo que os mesmos se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, nos lermos da legislação vigente;

15.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.3. Apresentar os profissionais devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

15.4. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.5. Instruir seus profissionais indicados para os serviços quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

15.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.7. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados durante a realização das coletas;

15.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de seus profissionais das normas disciplinares e de segurança determinadas pelo HU/UFSC, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que garantam a proteção da pele, mucosas, vias respiratória e digestiva do trabalhador;

15.9. Instruir seus profissionais quanto à prevenção de incêndios de acordo com as normas vigentes e instituídas pela CIPA;

15.10. Responder por danos causados diretamente ao HU/UFSC ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo HU/UFSC;

15.11. Designar, por escrito, no ato do recebimento da autorização de serviços, preposto quem tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do objeto contratado;

15.12. Possuir e fornecer todo o ferramenta! e a aparelhagem necessários à boa execução dos serviços, bem como manter limpos desimpedidos os locais de trabalho e/ou equipamentos de sua propriedade, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo HU/UFSC;

15.13. Preencher e encaminhar corretamente os laudos dos resultados das análises das amostras;

15.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.15. Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;

16. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

16.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no contrato;

16.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela Contratada;

16.6. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;

16.7. Autorizar o acesso às dependências da Contratante, dos empregados da Contratada destinados a prestar os serviços contratados, desde que credenciados e devidamente identificados por crachá;

16.8. Efetuar diariamente, ou quando julgar necessário, inspeções nos locais em que estão sendo realizados os serviços, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, limpeza e asseio, bem como se os serviços estão sendo realizados dentro das condições e descrições pactuadas;

16.9. Encaminhar à Contratada a OS – Ordem de Serviço acerca do(s) serviço(s) a ser(em) executado(s), contendo informações como: número, tipo de análise, responsável no local, responsável pela autorização, responsável técnico pelo serviço, data, local, discriminação dos serviços com unidade e quantidade, entre outras;

16.10. Enviar fiscal ao local da execução dos serviços para atestar a realização dos mesmos.

17. **CRITÉRIO DE PAGAMENTO**

17.1. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo fiscal do contrato, da nota fiscal, emitida por pessoa jurídica de direito privado, apresentada pela Contratada, a qual deverá conter o detalhamento dos serviços executados e estar acompanhada dos demais documentos exigidos neste instrumento convocatório. O atesto ficará condicionado à verificação da conformidade da nota fiscal, apresentada pela Contratada, com os serviços efetivamente prestados.

17.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura;

17.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.5. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento. Serão efetuadas as seguintes consultas:

17.6. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

17.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;

17.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

17.9. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

17.10. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

17.11. Certidão Negativa de Inidôneos – TCU

17.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.16. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.19. A EBSERH não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

17.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =(TX/100) / 365

TX = 6% ao ano

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso

18. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh a Contratada que:

18.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Ebserh previstos na Lei nº 12.846/2013;

18.1.5. Cometer fraude fiscal;

18.1.6. Não mantiver a proposta;

18.1.7. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

18.1.8. Deixar de entregar a documentação exigida;

18.1.9. Apresentar documentação falsa.

18.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no item acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1. A advertência escrita ocorrerá no caso de não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado. A advertência também será emitida no caso de pelo menos um dos 2 (dois) indicadores do Instrumento de Medição de Resultado – IMR ficar inferior a 80%.

18.2.2. Multa da seguinte forma:

18.2.2.1. Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor anual do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior;

18.2.2.3. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor anual do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. Multa compensatória de 0,2% a 1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme **Quadros 01 e 02;**

18.2.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

18.2.2.6. Em caso de inexecução parcial, a multa moratória ou compensatória, no mesmo percentual do subitem 17.2.2.2 ou do subitem 17.2.2.3, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.2.2.7. O atraso injustificado acima de 60 (sessenta) dias caracterizará a inexecução total do objeto, cabendo a multa no percentual definido no subitem 17.2.2.3.

18.2.2.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com os **Quadros 01 e 02.**

18.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

18.3. As sanções previstas nos subitens 17.2.1 e 17.2.3 poderão ser aplicadas com as previstas no subitem 17.2.2.

18.4. Também ficam sujeitas à penalidade do item 17.2.3 as empresas ou profissionais que:

18.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

18.5.1. Caberá apresentação de defesa prévia ou recurso contra a sanção imposta, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação para defesa prévia ou da notificação de imposição de sanção.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

18.7.1. Poderá ser emitida Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento da multa devida pela Contratada.

18.7.2. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação de imposição de sanção enviada pela autoridade competente.

18.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.

18.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.10. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) de que trata a Lei nº 12.846/2013.

Quadro 1:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Quadro 2:

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais. Por ocorrência.	4
2	Deixar de providenciar recomposição do local durante a visita ao hospital. Por ocorrência.	3
3	Fornecer informação falsa. Por ocorrência.	4
4	Entregar o objeto fora da padronização e das premissas. Por ocorrência.	1
5	Não cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus Anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas. Por ocorrência.	1
6	Não substituir prestador que tenha conduta antiética, inconveniente ou incompatível com suas atribuições. Por ocorrência.	2
7	Não acatar as solicitações técnicas, devidamente justificadas, conforme discutido e solicitado pela CONTRATANTE. Por ocorrência.	1
8	Não cumprimento do prazo para iniciar o atendimento de Ordem de Serviço, emitida pela CONTRATANTE, no prazo máximo de até 7 (sete) dias úteis.	1
9	Não realização de visita em data marcada. Por ocorrência.	3
10	Entregar documentações incompletas e/ou não revisadas. Por ocorrência.	2
11	Deixar de prestar esclarecimentos, injustificadamente, solicitados pela CONTRATANTE. Por ocorrência.	1
12	Entregar o objeto com aspectos técnicos incorretos ou em desacordo com o programa de necessidades acordado e/ou normas vigentes. Por ocorrência. Após 2ª notificação.	1
13	Deixar de utilizar EPI/EPC em atividades de campo. Por ocorrência.	1

19. **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

19.2. O serviço será acompanhado e fiscalizado por fiscal designado da área técnica do SIF, com experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

19.3. A comunicação entre a Contratante e a prestadora de serviços ocorrerá através de e-mail, fone e/ou pessoalmente. Os endereços de e-mail, ramais e demais dados e mecanismos de comunicação serão repassados à Contratante em momento oportuno.

19.4. A comunicação de que trata a cláusula anterior possibilita que os requisitos da contratação, os termos editalícios e contratuais, bem como as políticas e normas da Contratante, sejam acessíveis, compreendidos e observados pelo preposto e por todos os funcionários da Contratada que tenham contato com a Contratante. Adicionalmente, serão definidos, por exemplo, a periodicidade das reuniões entre as partes, os modelos da pauta da reunião entre a Contratante e a Contratada no início da execução contratual (reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas entre as partes), dos relatórios sobre a execução do serviço pela Contratada, da pauta das reuniões entre Contratante e Contratada para discutir esses relatórios, dos ofícios de comunicação de problemas, da pauta da reunião de encerramento do contrato, etc. Toda a interação com a Contratada será sempre documentada nos autos do processo de fiscalização, de modo que haja rastreabilidade dos fatos ocorridos ao longo da vigência do contrato, tanto por parte da própria Contratante, como por parte das instâncias de controle.

19.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

19.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo III, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

19.6.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

19.6.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.7. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

19.8. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

19.9. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

19.10. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada.

19.11. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

19.12. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

19.13. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

19.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

19.15. Consoante o artigo 45 da Lei n. 9.784 de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

20. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

20.1. Não será exigida garantia de execução do contrato pois os riscos da fase de Gestão do Contrato serão prevenidos e contingenciados, devido ao baixo risco de lesão associado ao serviço.

21. **DO REAJUSTE**

21.1. O objeto será contratado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irreajustável pelo período de 12 (doze) meses, quando então promoverá a sua correção de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), a pedido da CONTRATADA, em conformidade com a legislação em vigor, tomando-se por base o índice vigente no mês de apresentação da proposta.

21.2. Novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano.

21.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a CONTRATADA deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.

21.4. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

21.5. A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;

21.6. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros.

21.7. O preço ajustado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como frete, tributos, transporte, entre outros;

21.8. O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no inciso VI, do art. 103, do RLCE;

21.9. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

22. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

22.1. O contrato vigorará por **12 (doze) meses,** contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do art. 90, II, do RLCE.

22.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação.

23. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

23.1. Esta contratação observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

23.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também critérios elencados na Instrução Normativa n.º 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

23.3. O CONTRATADO deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

23.4. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

23.5. Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de maior impacto

ambiental em relação aos seus similares;

23.6. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

23.7. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES);

23.8. Que sejam utilizados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

23.9. Que sejam adotadas medidas para evitar o desperdício de água tratada;

23.10. Que seja observada a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

23.11. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.024, de 2019 .

23.12. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

23.13. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

23.14. Conforme prevê o art. 33 da lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de Logística Reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, de Produtos Perigosos; e

23.15. Observar o Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita o art. 18 que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.

24. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

24.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos locais onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública de forma a obterem conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como, de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.

24.2. A vistoria deverá ser comunicada, previamente, pelas licitantes ao Setor de Infraestrutura Física do HC-UFSC por meio do telefone (48) 3721-9186.

24.3. A visita será agendada dentro do horário de 8:30h às 12:00h e de 14:00h às 16:00h, e um profissional será designado para acompanhamento do visitante.

24.4. A vistoria só deverá ser realizada mediante a indicação desse profissional.

24.5. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes o licitante julgar necessário para a elaboração de sua proposta.

24.6. Os custos das vistorias correrão por exclusiva conta da licitante.

24.7. Os licitantes poderão apresentar Atestado de Vistoria Técnica realizada nas dependências do hospital, tomando conhecimento dos locais, dimensões, complexidade e dificuldade pertencentes à realização do objeto desta contratação, conforme **Encarte B**.

24.8. O ato de apresentação de proposta, pelos licitantes, implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo Edital e seus anexos.

24.9. Caso a licitante não queira realizar a visita técnica, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, conforme **Encarte C**.

25. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

25.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ata; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do HU-UFSC/EBSERH à continuidade da ata.

26. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1. As licitantes deverão observar atentamente as normas do Edital do certame.

26.2. O resultado da licitação será publicado no Diário Oficial da União.

26.3. O HU-UFSC deverá anular, total ou parcialmente o certame, diante de constatada ilegalidade, ou revogá-lo diante das justificativas necessárias.

26.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o HU-UFSC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

26.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27. **DA EXECUÇÃO INDIRETA DOS SERVIÇOS**

27.1. As atividades descritas no presente processo, a serem executadas indiretamente, são passíveis de terceirização, nos termos delineados no PARECER N° 9/2019/SJAA/CONJUR/PRES-EBSERH, pois não constituem atividade permanente e interna da Administração. Portanto, para estas, a Administração necessita contratar pessoal.

28. **DA PLANILHA DE CUSTOS**

28.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência do item que trata sobre o reajuste, o preço consignado no contratação será corrigido anualmente por índice específico. O objeto do serviço conforme estabelecido no Termo de Referência não caracteriza serviço de mão de obra exclusiva, portanto não há análise de Acordo/Convenção/Dissídio Coletivo de Trabalho.

28.2. No relatório de pesquisa foi apresentado os custos unitários dos itens que serão objetos da prestação de serviço, assim, é possível observar o detalhamento do custo estimado para cada item da prestação de serviço.

28.3. Desta forma, para esta contratação de serviço, a planilha de custos torna-se inviável e desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados

29. **DOS ANEXOS**

29.1. Encarte A - Modelo de Ordem de Serviço

29.2. Encarte B - Modelo de Declaração formal de vistoria

29.3. Encarte C - Modelo de Dispensa de Vistoria

29.4. Encarte D - IMR

29.5. Encarte E - Cronograma de Coleta das Amostras

(assinado eletronicamente)
Daniela Quadros

Técnica em Edificações

(assinado eletronicamente)
Diovânio da Silva Reis
Chefe Unidade de Contratos

(assinado eletronicamente)
Cristiny Luize Zluhan
Auxiliar em Administração

(assinado eletronicamente)
José Fabris
Chefe do Setor de Infraestrutura

Aprovo este Termo de Referência e autorizo a a contratação do serviço, objeto do presente termo.

Joanita Angela Gonzaga Del Moral
Superintendente
HU-UFSC/EBSERH

Documento assinado eletronicamente por **Cristiny Luize Zluhan**, **Assistente Administrativo**, em 07/07/2021, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Daniela Quadros**, **Técnico(a) em Edificações**, em 07/07/2021, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Joanita Angela Gonzaga Del Moral**, **Superintendente**, em 08/07/2021, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Diovanio da Silva Reis**, **Chefe de Unidade**, em 21/07/2021, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14732185** e o código CRC **785DC5F1**.

Referência: Processo nº 23820.008339/2020-58 SEI nº 14732185